

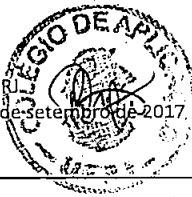


1ª Questão: Como todo processo de legitimação institucional, a regulamentação é a fonte da afirmação requerida e, em termos concretos, se dá pela definição de parâmetros, diretrizes ou ainda orientações didáticas e curriculares que ~~afirmam~~ determinam o caráter ou mesmo a natureza do conhecimento sociológico escolarizado. Contudo, antes mesmo da elaboração desses instrumentos que regulamentam o ensino de sociologia no ensino médio é necessário que sua obrigatoriedade esteja presente no dispositivo legal maior, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB.

A LDB de 9394/96 trazia em seu texto original, a sociologia como disciplina obrigatória, integrante do currículo do Ensino Médio. Em seu artigo de número 36 havia a determinação de que "o fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania". No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1998, ao contrário de confirmar ~~o~~ o status da Sociologia como disciplina obrigatória, afirmou que seus conteúdos deveriam ser abordados de maneira interdisciplinar, relegando-a a um papel de coadjuvante no ensino. Restou as redes de ensino e estabelecimentos educacionais optarem ou não por sua obrigatoriedade.

Foi somente com a lei n° 11.684/2008 que o artigo 36 é modificado, explicitando que "serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio".

Donavante, abre-se um mercado amplo para os licenciados em Ciências Sociais que passam a formar

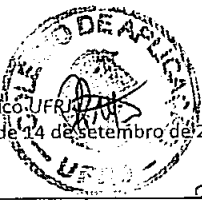


lar, ainda que timidamente, projetos, artigos, encontros sobre a profissão, além de iniciarem uma aplicação na produção de materiais didáticos, adequando as teorias sociológicas ao ensino escolar.

Com o Pacto Nacional de fortalecimento do ensino no médio, a organização curricular passa a ser por área de conhecimento, sendo a sociologia incluída nas "Ciências Humanas e suas práticas." O Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, passa a orientar sua estrutura espelhada no novo projeto curricular, fazendo com que a Sociologia passe a ser um conhecimento requerido para a prova.

Contudo, a partir de 2017, observa-se uma mudança nas políticas dirigidas ao ensino médio em razão, basicamente, de dois eventos: O ENEM deixa de ser o instrumento que ajudava na avaliação do desempenho de cada unidade escolar, passando a ser o Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica o instrumento de referência. De anual, o Saeb passa a ser universal e em conjunto com as informações do Censo Escolar que indica o funcionamento do fluxo escolar, compõe informações para o Fórum e Índice de qualidade do ensino básico, o IDEB.

A principal crítica ao Saeb como instrumento de referência para a avaliação do desempenho dos alunos é o fato de estar restrito aos conhecimentos de Português e Matemática. Ao compor o IDEB o Saeb, limitado por aquelas duas áreas de conhecimento, passa uma análise muito reduzida da realidade escolar para os órgãos competentes e planejadores das políticas públicas. O Saeb, então, apresenta resultados que formam uma matriz de proficiência dos estu-



dantes, quando a partir de leis, normas políti-  
cas públicas voltadas à educação, bem como metas  
definidas para o setor.

Outro evento de suma importância ocorrido  
em 2017 foi a reforma do Ensino médio, modifi-  
cando novamente o texto referente a Sociologia e  
afirmando no 1º inciso do artigo 35-A que no  
ensino médio incluirá "obrigatoriamente estudos e  
práticas de educação física, artes, sociologia e filos-  
fia".

A nova perspectiva profissionalizante que a reforma  
do Ensino Médio apresenta e defende, parece fragili-  
zar sobremaneira a disciplina de Sociologia em sua  
legitimidade e utilidade instrucional nesse segmento  
da educação.

Críticos questionam exatamente em quais séries  
do ensino médio deverão ser contemplados com esse estu-  
do, devido que o texto da lei n° 11.684/2008 não  
permite, tendo em vista a explicitação de que o  
ensino ocorreria em "Todas as séries do ensino  
médio".

Tendo em vista a intermitência histórica da  
Sociologia nos currículos do ensino médio e a  
recente sedimentação desta no ensino escolar, resta  
a dúvida sobre qual será a próxima etapa desta  
disciplina e se as forças estruturantes organizadas pelos  
diversos permanecerão em curso.

1ª questão: Ao ser incluída nos dispositivos  
legais como disciplina obrigatória no Ensino Mé-  
dio, tornou-se natural a dinamização de debates  
e encontros de professores/pesquisadores a fim de  
viabilizar, de forma mais adequada, a efetivação  
desse campo de trabalho que se amplia.

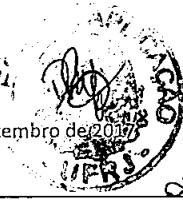


Com isso, muito se pensou a respeito da necessidade de elaborar materiais didáticos mais atualizados e conectados às demandas de abordar não somente conceitos e teorias da sociologia, mas também incluir debates atualizados sobre as temas transversais. Tornou-se urgente incluir e aprofundar temas como direitos humanos, racismo, sexualidade ~~etc~~, por exemplo, nas práticas dos projetos educacionais apoiadas pelos saberes sociológicos, antropológicos e políticos.

Ainda, fez-se necessário uma reflexão crítica sobre a transformação das pesquisas acadêmicas no ramo das Ciências Sociais em saleres escolares, compreendendo que este possui características próprias, definidas por um contexto de ensino em que se redefinem os tempos, os conteúdos, os métodos, as avaliações e as condições de aprendizagem dos alunos.

Os livros didáticos devem refletir, então, a tarefa de produzir traduções e recentes, primando pela adequação dos saberes acadêmicos para os saberes escolares. A final, a finalidade do ensino de Sociologia pode ser bastante ampla - preparar para o exercício da cidadania, racionalizar valores estéticos, políticos e éticos (como descrito nas orientações curriculares) entre outros - mas não é seu papel formar sociólogos. Logo, o debate acerca dos conceitos, temas e teorias devem estar de acordo com os saberes prévios dos alunos, suas realidades e com uma linguagem mais acessível, sem contudo, perder a densidade necessária para a desnaturalização ~~de~~ caso das fenômenos sociais.

Apesar dessa nova produção de materiais



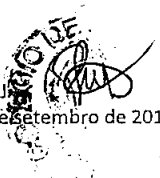
didáticos, alguns estudos mostram que professores de sociologia nem sempre recorrem a esse material, se servindo deste mais como um guia do que uma orientação clara do planejamento de aula. Essa é uma possibilidade plausível e aceitável para seu uso, tendo em ~~isto~~ vista que o professor que se mantém atento a uma ação pedagógica crítica deverá atender a necessidade de sua classe, entendendo-a como única e de potenciais próprios a serem explorados.

Considerando todos os pontos anteriormente elencados, conclui-se que o professor deve manter-se sempre pesquisando, na busca por novas realidades mas também novos recursos educativos para trabalhar em sala.

Ainda no que diz respeito a pesquisas sobre o ensino de Sociologia atual, verifica-se a necessidade do professor lançar mão de formas mais interativas para manter o interesse dos alunos. Isso significa não mais limitar-se a uma aula de comunicação unidirecional, expositiva onde só há espaço para o livro, quadro, giz e a fala do professor.

Incentivar a pesquisa, seminários, apresentações de novas mídias e, sobretudo, promover o <sup>debates com vistas</sup> a desestabilização do conhecido; devem ser procedimentos presentes no planejamento do professor de Sociologia.

3ª questão: A elaboração do currículo de sociologia na Educação Básica pode ser abordada de criticamente tanto pelo viés pedagógico como pelo próprio viés sociológico.



Se considerarmos que o currículo reúne os valores que a sociedade elega como relevantes, inevitavelmente deduzimos que essas escolhas estão permeadas por relações de poder que fundamentam a perspectiva dominante sobre o que é a realidade. Que seja, o currículo em si pode ser tratado - inclusive em sala de aula - como fenômeno sociológico. É de interesse da sociologia compreender o currículo ideal, real e o oculto considerando que o ideal é aquele da planejamento, no qual figuram valores e objetivos; o real é o posto em prática; que inevitavelmente escapa do ideal e, o oculto, que revela tacitamente, mantém o fosso de desigualdade e exclusão. Ao cotejar a realidade do processo escolar e do ensino com os currículos idealizados no planejamento é possível dizer que dimensões sociológicas como interações sociais, poder e vida cotidiana podem e devem ser analisadas e discutidas criticamente, com vistas a melhoria da qualidade educacional.

No que diz respeito ao currículo de sociologia em si, as Orientações Curriculares de Sociologia nos lembra que a disciplina não possui um corpus consensualmente definido e consagrado e que muitas vezes põe em questão sua legitimidade perante a própria comunidade escolar. Uma deslegitimação implícita da sociologia está presente na elaboração de muitos currículos escolares e planejamentos de aulas nos quais a sociologia ocupa ainda um espaço ínfimo, perceptível pela carga horária reduzida.

Muitos professores da área acreditam ser relevante a organização dos docentes para firmar, com mais solidez, uma justificação pedagógica, um

consenso mínimo dos conteúdos e uma contribuição mais satisfatória das metodologias.

No que diz respeito as políticas públicas, cabe ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais para as Ciências Sociais visavam preencher parte dessa lacuna curricular. O primeiro ponto a ser destacado é o fato dos PCN dedicar um tratamento as Ciências Sociais como um todo, incluindo como eixos centrais a Antropologia, a Sociologia e as Ciências Políticas. Essa abordagem, que já havia sido sugerida pelo professor Arnauy Luiz Moraes em 2002, vem ao encontro de uma ~~da~~ organização curricular mais sistemática, orientando o professor a incluir as contribuições dos três eixos principais das Ciências Sociais.

Esses parâmetros trazem uma série de sugestões conceituais a serem trabalhadas em sala, como a ação do indivíduo, processos sociais, manutenção e mudança da ordem social, sistemas sociais, relações e interações sociais, normas e ~~padrões~~, padrões, Estados, ideologia, entre outros.

Com respeito da contribuição antropológica, os parâmetros ressaltam que a sua inclusão nas debates em sala de aula podem ajudar os alunos a tomar uma postura etnocêntrica tendo como referência a prática de relativizar a realidade social, proporcionando a convivência com a diversidade de forma plena e positiva.

Além disso, os parâmetros curriculares para as Ciências Sociais informam a respeito das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno da disciplina: representação e comunicação, investigação e compreensão, contextualização socio-

cultural.

Autores e pesquisadores têm apontado para as fragilidades a serem superadas e as desafios que a Sociologia enfrenta para se firmar como disciplina no Ensino Médio.

Um dos desafios que se abrem na elaboração curricular é a <sup>sua</sup> especificidade epistemológica, apresentando teorias heréticas e múltiplas sobre o mesmo assunto. Em oposição às Ciências Naturais, a Sociologia não possui ~~po~~ uma linha sequencial na qual as hipóteses científicas se sobrepõem as outras. O que se vê é a contrária, teorias e hipóteses que não se superam, mas podem ser complementares ou se opor radicalmente.

Por fim, resta também por em reflexão a frágil legitimidade institucional da sociologia que associa a questão da coerência curricular da disciplina no sentido de, acionar propósitos civilizatórios (preparação para o exercício da cidadania) e instrumentais (visando atender ao mercado de trabalho).